

## A PEREGRINAÇÃO AO CAMPESTRE DA VILA DE SANTA MARIA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX E A BUSCA DA CURA PELAS ÁGUAS

Priscila Novelim<sup>1</sup>

### Resumo

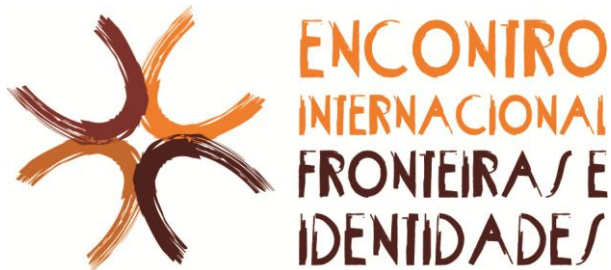
Dentro do campo da história têm sido incluídos novos temas e fontes, ampliando as possibilidades de interpretações e versões do passado. A análise de fontes que tratam da pesquisa sobre as supostas curas realizadas pelas águas do Campestre de Santa Maria da Boca do Monte, pretende elucidar as várias formas de interpretar um fato. Porém sempre respeitando o ponto de vista dos contemporâneos e do tempo histórico que os envolvia, levando em conta a situação da produção escrita disponível para a época. No século XIX a medicina tal e qual a conhecemos atualmente, era apenas uma das formas de tratar as doenças, um saber buscando reconhecimento no campo da cura. A ciência médica tinha menos credibilidade por parte da população do que a “medicina popular”, os médicos diplomados eram poucos. De acordo com Witter (2001) é um equívoco acreditar que a “existência de um sistema de saúde falho e mal estruturado determinou a procura e o desenvolvimento de práticas de cura popular”. Para o século XIX não é possível afirmar que a população buscasse os curandeiros por falta de médicos, pois estes não eram facilmente encontrados, e como já citado a opção por curandeiros se dava por questão de confiança. Neste contexto encontramos o caso das águas santas no Campestre de Santa Maria, onde segundo a crença popular as águas tinham o poder de curar os mais variados tipos de doença.

Esta pesquisa se desenvolve a partir do levantamento das fontes e da análise de conteúdo das crônicas dos jornais e dos documentos oficiais produzidos pela Igreja e pelos representantes do governo da Província sobre as águas de Santa Maria. Queremos contrapor os documentos. O entrelaçamento dessas fontes é relevante para esta pesquisa, pois mostram a subjetividade que os documentos oficiais - atas e correspondências entre o governo e seus representantes - não conseguem revelar, tais como: o que levou tantas pessoas a buscar a cura nas águas. Analisar os discursos produzidos sobre o episódio das supostas curas realizadas nas “águas santas” no Campestre em Santa Maria da Boca do Monte para melhor entender as práticas da população do sul do Brasil para tratar problemas de saúde em meados do século XIX, pois é a partir da análise dos discursos que se torna possível verificar as supostas curas.

Na segunda metade do século XIX, quando se adoecia era comum que se buscasse o restabelecimento da saúde junto a curandeiros e benzedores, pois estes eram conhecedores de banhos, ervas e emplastos que auxiliavam na recuperação de pessoas adoentadas. Era comum

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas  
pri2702@hotmail.com

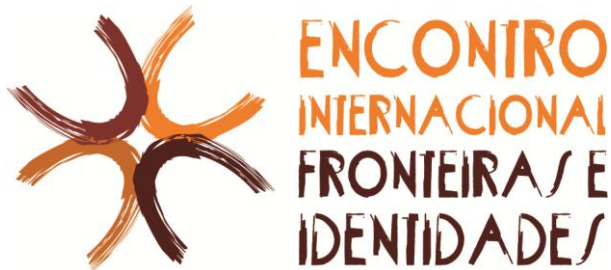


que se recorresse estes, pois eles tinham maior confiança das pessoas do que os médicos formados pela academia, que nesta época buscavam seu reconhecimento como únicos detentores sobre as artes de curar. A diversidade dos curandeiros e a forma como eles se relacionavam com as pessoas estava ligada à concepção de cura da época, quando estar doente era estar fora de suas atividades e exigia cuidados dos familiares: “estar doente era estar a um passo da morte, pois todas as enfermidades atuavam de forma desconhecida e os tratamentos também” (WITTER, 2001, p.100). A afirmação a seguir vale tanto para o século XVIII quanto também por quase todo o século XIX:

Tanto no nível do saber erudito como das práticas populares tinha-se uma concepção materializada da doença. Empregando-se os procedimentos adequados ela saíria do corpo humano sob a forma palpável e concreta de vômitos, fezes, suor e sangue. A sangria foi sem dúvida, um dos recursos mais empregados pela medicina de todos os tempos. Acreditava-se que a natureza humana tendia naturalmente a se livrar daquilo que era prejudicial e por isso a medicina de princípios purgativos sempre foi empregada. [...] Nos meios populares acreditava-se na eliminação de afecções através de bolos de cabelos, ervas, unhas e bichos (RIBEIRO, 1995, p.72)

A utilização de plantas medicinais era comum no interior e nas cidades, por médicos e curandeiros, ricos e pobres. Além dos chás das plantas, havia outros saberes a respeito de substâncias presentes no dia a dia que amenizavam os sintomas das doenças. A origem da utilização de plantas medicinais nos tratamentos de enfermidades foi atribuída a grupos indígenas, mais tarde, europeus e africanos incorporaram seus saberes a este respeito, ampliando as possibilidades de cura. As benzeduras e simpatias eram outras práticas comuns pela população na busca do restabelecimento da saúde. Apesar de serem considerados frutos da “ignorância”, tinham adeptos que afirmavam para certas doenças que uma benzedura era suficiente (WEBER, 1999). Os curandeiros percorriam territórios e curavam através de rezas, benzeduras, sopros ou imposição das mãos. De acordo com os estudos de Witter (2001), devido à falta de competência da medicina, restava ao povo:

Criar suas próprias terapias, baseados num empirismo ancestral, aos quais era obrigado a recorrer por absoluta falta de alternativa. Estes saberes tradicionais da cultura popular foram adquiridos a cada geração, por vezes assimilando terapias da medicina popular. Nesse grupo estão os curadores oriundos da comunidade [...], os sabedores de raízes e benzeduras, conhecedores dos usos da fauna e da flora no combate às doenças, assim como, muitas vezes da história pessoal e familiar de cada um dos seus doentes.



A partir da pesquisa de Karsburg (2012), que analisou a participação de um “monge” italiano na origem da crença que atribuiu às águas de uma fonte poderes miríficos no Cerro do Campestre, em Santa Maria da Boca do Monte, foi possível ampliar o horizonte de entendimento a respeito da cultura da população. Consideradas milagrosas devido ao seu poder de cura, as “águas santas” levaram à localidade pessoas de todo o Rio Grande do Sul, de outras províncias e também de países vizinhos como Argentina, Uruguai e Paraguai, comprovando que crenças e práticas culturais ultrapassavam as fronteiras políticas. A comoção popular que santificara o local atribuiu o poder de cura das águas ao monge João Maria, que em suas peregrinações foi agregando saberes, tornando-se um curandeiro hábil na manipulação de ervas, plantas e fontes de água mineral. A população afirmava ali ter uma fonte de “água milagrosa”, tão logo a notícia se espalhou, para lá se encaminharam de diversos locais em busca do tratamento e cura de doenças. Fé, “fanatismo”, promessas de cura e a esperança de um milagre trouxeram um número apreciável de pessoas ao Campestre.

Na terapêutica das águas ‘milagrosas’ se estabeleciam banhos, no caso a água era aparada em uma caneca e virada sobre a cabeça do doente num número ímpar de vezes, o doente também a bebia, ou fazia uso do barro que se acumulava sob a vertente, cobrindo-se com ele principalmente os que sofriam doenças de pele (WITTER, 2001 p. 42).

Nas crônicas de Felicíssimo de Azevedo, escritas em 1895 e 1898, relatou sua experiência no Campestre quando então tinha 25 anos. Diz ele ter lá permanecido para estudar “aqueles mistérios”. Nestes documentos ele declarou que o monge foi o descobridor de uma vertente de água dentro da mata e fez dela “a base do poder misterioso de seus milagres”. A combinação de práticas de cura, fé e religiosidade eram as mais heterodoxas para um observador pouco afeito àquelas crenças e observações. Mais do que fanatismo o que as pessoas buscavam no Cerro do Campestre era a cura de suas doenças. Também pode ser observado um grande fervor religioso.

Ao ver o aumento do número de pessoas que se dirigiam para o local em busca da cura de doenças, o monge fez os primeiros devotos trabalharem na abertura de “uma picada do lado oposto ao que estava a vertente, pelo morro acima, tornando esta via dolorosa seu calvário” (KARSBURG, 2012, p. 91). Cruzes foram feitas e colocadas ao longo do caminho, onde durante a subida dever-se-ia parar para fazer orações. Esta era a via sacra que levava até



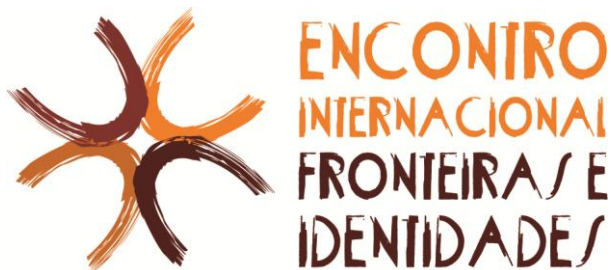
o alto do morro, onde com o auxílio dos primeiros devotos o monge construiu a ermida de Santo Antão.

As combinações surgidas entre práticas de cura, fé e religiosidade não eram, digamos assim, as mais ortodoxas para um observador pouco afeito àquelas crenças e comportamentos. Mais do que fanatismo ou ingenuidade de pessoas em busca da cura para seus males e enfermidades, o que ocorria ali no Campestre era um fervor religioso que ultrapassava a tudo o que se conhecia ou se tinha notícia, pelo menos assim foi descrito por olhos de contemporâneos (KARSBURG, 2012, p.94).

As “águas santas” mobilizaram desde populares até autoridades políticas e médicas no Cerro do Campestre. Houve uma preocupação por parte dos médicos que acusavam o monge de charlatão, que segundo eles fanatizava e enganava o povo. A preocupação do governo era com a grande aglomeração de pessoas no lugar das “águas santas”, pois locais de ajuntamentos eram vistos como de grande potencial insurrecional. Foi enviado um representante do governo para observar o comportamento das pessoas e estudar as propriedades das águas. O governo da província enviou ao local um médico – Thomaz Antunes de Abreu para analisar as propriedades terapêuticas das águas. Ao final de quase quatro meses de permanência no local, Abreu apresentou um relatório onde constavam as seguintes informações: que encontrou entre oitocentos a mil doentes no local além de seus acompanhantes, em janeiro, reduzindo-se a poucas pessoas em maio. Apontou também a hostilidade com que foi tratado em princípio pelos habitantes do Cerro do Campestre. Com os meios que possuía garantiu que as águas não continham princípios diferentes e que as águas do Campestre eram unicamente potáveis (KARSBURG, 2012 p.118). O relatório com estas informações somente veio a público no ano de 1849.

Antes de deixar o local das águas santas, João Maria deixou instruções sobre como deveria ocorrer a romaria de Santo Antão, organizando a devoção e deixando aos que ali permaneceram instruções no documento que tinha como título *Aos dos Campestres*, onde registrou as seguintes orientações:

Os doze zeladores, já assinalados por mim, tem a faculdade de fazer o mesmo procurador com maior voto de todo o povo do Campestre. Assim mesmo podem por outro imposto de algum que possam faltar dos doze ou também de 1 dos 2 ajudantes do procurador, tendo justo e reto motivo. O superior dos 12 zeladores deve congrega seus companheiros em presença do povo em cima do cerro, averiguada a negligência, imperícia ou maldade do procurador ou um desses mesmos 12 zeladores ou 1 dos 2 ajudantes, ponham outro em



seu lugar, e que Deus seja servido em sua Misericórdia. O procurador tem obrigação de ter limpo o lugar do santo e o lugar das águas santas e o caminho da via sacra, cuidar com esmero das esmolas do santo, porque o que sobeja de deve repartir com os mais pobres enfermos do lugar e dos mesmos concorrentes deve vigiar por a maior tranquilidade e santidade do povo, que estiver na ramada, como rezar o santo rosário à noite e de madrugada, cantar os cânticos aquele Senhor, que faz tantas maravilhas em favor dos pobres e arrependidos pecadores.<sup>2</sup>

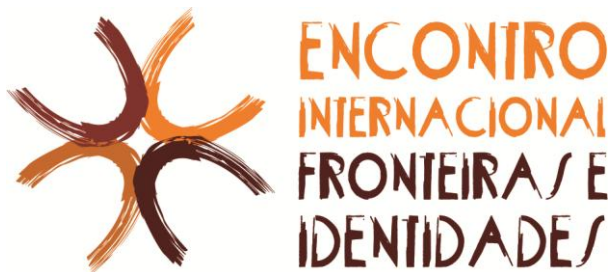
Também estiveram presentes no Cerro do Campestre dois representantes da Igreja católica: um o padre Fidêncio José Ortiz da Silva, que chegou ao lugar das águas em 1848, relatando que a quantidade de pessoas era de 1600 em número constante. Também diz que as pessoas pediram sua autorização para construir a capela para rezar o santo terço todas as noites: “o vigário visitador não relatou fanatismo nem superstição em sua passagem pelo Campestre e nem vislumbrou heresia e nem movimento sedicioso, ao contrário do outro observador que logo a seguir chegou em seu lugar” (KARSBURG, 2012). O padre que chegou a seguir foi Bernardo Parés, jesuíta que realizava missão religiosa pelo interior sul-riograndense. Em correspondência para o presidente general Andrea, afirmou que as águas da fonte não eram sequer sobrenaturais. E, apesar da sua afirmação de que as águas não tinham poder de curar, revela-se preocupado diante da presença de um número grande de devotos e da situação formada.

Em um dos relatórios publicado por jornais da época, pode-se observar que não só a população menos favorecida buscou as águas, mas também famílias de posses, pois no trabalho de KARSBURG (2012) encontramos um trecho de uma reportagem que tinha uma lista com quarenta relatos apresentando a cura de várias doenças, por pessoas de diversas classes sociais. Além da população menos favorecida financeiramente que se dirigiu ao Campestre, encontramos pessoas de posse como um tenente coronel, comerciantes de Santa Maria, um padre de Passo Fundo, um militar argentino, a poetisa Delfina Benigna da Cunha. A crença no poder curativos das águas era compartilhado por vários grupos, independentemente da sua condição social.

A lista é fundamental por sua representatividade cultural e descarta imediatamente a ideia de que quem acorria ao lugar das “águas santas” eram unicamente pessoas pobres e abandonadas, esquecidas pelas autoridades políticas e religiosas da província [...] A crença no poder curativo das águas não pode ser uma característica cultural de um grupo

---

<sup>2</sup> Documento Aos dos Campestres. In: FACHEL, José Fraga. *Monge João Maria: recusa dos excluídos*. Porto Alegre; Florianópolis, Editora da UFRGS; Editora da UFSC, 1995. Grafia atualizada



específico: era algo compartilhado, em maior ou menor grau, por todos (KARSBURG, 2012).

Acreditava-se no poder de cura das águas, por isso ela atraía tantas pessoas e de condição social variada que, muitas vezes, viajavam milhares de quilômetros para poder chegar até lá. Podemos levar em consideração a questão da fé, bastante destacada no trabalho de Karsburg (2012), pois acreditava-se na cura por meio de milagres. Porém, tomando por base o relatório do Dr. Thomaz Antunes d'Abreu que esteve no Campestre fazendo a análise das águas por recomendação do presidente da província, observamos suas anotações do uso adequado da água para tratamento de algumas enfermidades, o que pode ter trazido a melhora de algumas pessoas que por lá passaram.

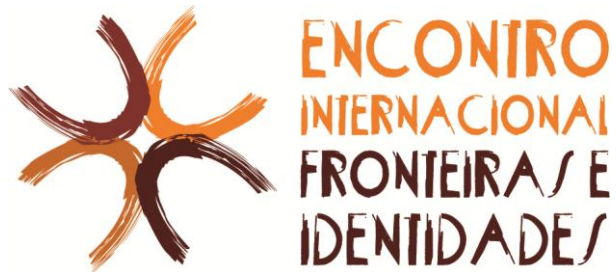
Aos médicos compete indicar as águas que convém a certas enfermidades, prescrever o modo de usá-las, escolhendo os melhores lugares, que felizmente abundam nesta província: não se torna, portanto necessário, que os doentes se submetam cegamente ao vozerio dos fanáticos, sacrificando seus interesses, seus cômodos, e mesmo sua existência, quando podem alcançar os benefícios, que as águas metodicamente administradas e seguidas dos meios terapêuticos, muitas vezes produzem<sup>3</sup>.

É preciso elucidar o fato de as pessoas afirmarem ter chegado doentes ao Campestre de Santa Maria saindo de lá curadas segundo testemunhos de quem frequentou o local. A análise das fontes nos revela um embate entre a medicina popular e acadêmica, em um tempo onde os médicos diplomados procuravam estabelecer o controle sobre as artes de curar. Devido à pesquisa encontrar-se em andamento, os resultados aqui apresentados ainda são parciais. A partir do levantamento das fontes e a leitura da bibliografia pertinente ao tema, pode-se perceber que o ajuntamento de pessoas em torno das águas causava desconforto ao governo e que muitos que para lá se dirigiam afirmavam supostas curas de suas enfermidades.

Este é um projeto de dissertação de mestrado em desenvolvimento, portanto, serão apresentadas considerações provisórias. Através da leitura das fontes documentais torna-se possível perceber como um movimento de grande número de pessoas em torno de um local que tinha águas que supostamente poderiam curar doenças chamou a atenção de diversas esferas da sociedade. Pessoas das diversas classes sociais que se dirigiam às águas em busca da cura das suas enfermidades, bem como representantes da Igreja que foram verificar se para esta instituição existia algum motivo de preocupação com o dito fanatismo religioso que por

---

<sup>3</sup> Relatório do Dr. Thomas Antunes d'Abreu, Biblioteca Rio-Grandense, Rio Grande/RS Jornal *Diário do Rio Grande*, 22 de junho de 1849. Grafia atualizada.



lá ocorria. E o envio do médico, como representante de sua classe profissional e também enviado oficial do presidente da província para fazer a análise das águas e emitir sua opinião sobre os fatos ocorridos no Campestre de Santa Maria. Apesar de já existirem trabalhos sobre o tema, o que se busca é enfatizar o que acontecia no local, pois mesmo após a saída do monge João Maria do Cerro do Campestre, em 1848, ali ainda permaneceram muitas pessoas em busca da cura de suas doenças. Hoje em Santa Maria, ainda temos a festa de Santo Antão, celebrada no dia 17 de janeiro, no Cerro do Campestre, porém a crença no monge João Maria já esta praticamente no esquecimento.



# ENCONTRO INTERNACIONAL FRONTEIRAS E IDENTIDADES



De Porto Alegre até Rio Pardo, pequenos povoados às margens do Rio Jacuí foram percorridos pelo eremita João Maria de Agostini (1846/1847). O eremita estabeleceu-se no Cerro do Botucaraí e no Cerro do Campestre, criando entre ambos os locais uma área de influência que rapidamente se estendeu para outras partes da província e também para o exterior. Fonte: Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia da UFRGS, Gabinete de Cartografia, 1961. Título do Mapa: “Le Rio Grande do Sul, entre 1830 et 1848”.<sup>4</sup>

## Referências Bibliográficas

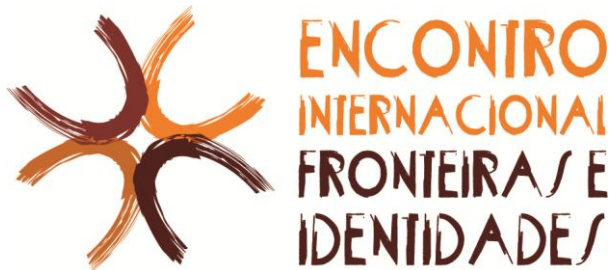
AZEVEDO, Felicíssimo de. “Morro das Cruzes”. In: **Jornal A Federação**, de 15 e 18 de março de 1895. Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, Porto Alegre, RS.

AZZI, Riolando. “Os religiosos e o movimento de reforma católica no Brasil durante o século XIX”. **Revista Convergência**. Rio de Janeiro, ano 8, n. 82, 1975.

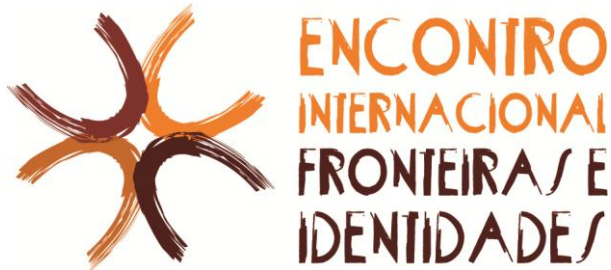
BELÉM, João. **História do município de Santa Maria – 1797-1933**. 3ª Ed. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2000.

<sup>4</sup> KARSBURG, Alexandre de Oliveira. O Eremita do Novo Mundo: a trajetória de um peregrino italiano na América do século XIX (1838-1869). Tese de doutorado em História, PPGHIS, UFRJ, Rio de Janeiro, 2012.





- BERLIOZ, Jacques (org.). **Monges e religiosos na Idade Média**. Lisboa, Portugal: Terramar, 1994.
- BURKE, Peter. **História e teoria social**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- CHALHOUB, S. et al. **Artes e ofícios de curar no Brasil**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre prática e representações**. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, [s.d]. (Coleção Memória e Sociedade).
- DELUMEAU, Jean. **História do medo no Ocidente 1300-1800: uma cidade sitiada**. Tradução Maria Lúcia Machado; Tradução de notas Heloísa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo**. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- FACHEL, José Fraga. **Monge João Maria: recusa dos excluídos**. Porto Alegre; Florianópolis, Editora da UFRGS; Editora da UFSC, 1995.
- GINZBURG, Carlo. **O Queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- \_\_\_\_\_. “Sinais: raízes de um paradigma indiciário”. In: **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- KARSBURG, Alexandre de Oliveira. **O Eremita do Novo Mundo: a trajetória de um peregrino italiano na América do século XIX (1838-1869)**. Tese de doutorado em História, PPGHIS, UFRJ, Rio de Janeiro, 2012.
- LE GOFF, Jacques. Documento e monumento. In: **História e memória**. Trad. Irene Ferreira et al. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
- KÜHN, Fábio. “O povo sem religião: as representações da historiografia tradicional sul-riograndense acerca da religiosidade popular”. In: **Revista de Filosofia e Ciências Humanas**. Passo Fundo, ano 14, n. 2, 1998.
- LEVI, Giovanni. **A Herança Imaterial: a trajetória de um exorcista no Piemonte no século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- PRIORE, Mary del. (org.). “Magia e medicina na colônia: o corpo feminino”. In: **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2000.
- RABELO, Miriam Cristina M. “Religião, ritual e cura”. In: ALVES, Paulo César; MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Saúde e Doença: um olhar antropológico**. Rio de Janeiro: Editora da FIOCRUZ, 1994.



- RIBEIRO, Márcia Moisés. **Ciência e Maravilhoso no cotidiano- discursos e práticas médicas no Brasil setecentista**. São Paulo: USP, 1995. Dissertação (Mestrado em História)- Faculdade de História, Universidade de São Paulo, 1995.
- SAMPAIO, Gabriela dos Reis. **Nas Trincheiras da Cura. As diferentes medicinas no Rio de Janeiro Imperial**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001.
- SOUZA, Laura de Mello e. **O diabo e a Terra de Santa Cruz**. São Paulo: Cia das Letras, 1994.
- TORRES, João Camilo de Oliveira. **História das ideias religiosas no Brasil. A Igreja e a Sociedade Brasileira**. São Paulo: Editora Grijalbo, 1968.
- WEBER, Beatriz Teixeira. **As artes de curar: medicina, religião, magia e positivismo na República rio-grandense (1889-1928)**. Bauru, São Paulo, EDUSC; Santa Maria, Editora UFSM, 1999.
- WEBER, Max. **Sociologia das religiões**. Tradução Paulo Osório de Castro. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- WITTER, Nikelen Acosta. **Dizem que foi feitiço: as práticas de cura no sul do Brasil (1845 – 1880)**. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2001.
- \_\_\_\_\_. “Curar como Arte e Ofício: contribuições para um debate historiográfico sobre saúde, doença e cura” In: **Revista Tempo**. Rio de Janeiro, n. 19, 2005.
- \_\_\_\_\_. **Males e epidemias: sofredores, governantes e curadores no sul do Brasil (Rio Grande do Sul, século XIX)**. Tese de doutorado em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2007.